



Corpo Nacional de Escutas

ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS

MESA DOS CONSELHOS NACIONAIS

R. D. Luís I, 34 - 1200-152 LISBOA - PORTUGAL

TEL: 218 427 020 FAX: 218 427 039

Atos Oficiais

Conselho Nacional de Representantes Sessão Ordinária de 12 e 13 de setembro de 2020

O Conselho Nacional de Representantes (CNR) do Corpo Nacional de Escutas (CNE) – Escutismo Católico Português reunido em sessão ordinária aos dias doze e treze do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, no Colégio da Imaculada Conceição, em Cernache – Coimbra, aprovou o seguinte:

1. Plano Trienal da Junta Central 2020-2023 – Proponente: Junta Central CNE – que aqui se dá por reproduzido;
2. Insígnia Trienal 2020-23 – Proponente: Junta Central CNE – que aqui se dá por reproduzido;
3. Plano e Orçamento da Junta Central 2020-21 – Proponente: Junta Central CNE – que aqui se dá por reproduzido;
4. Utilização de cartão de débito – Proponentes: Junta Central e Juntas Regionais de Algarve, Braga, Lisboa e Porto

Alteração ao Regulamento Geral do CNE – introdução do Artigo 66º - A Artigo 66º-A

Utilização de cartões de débito

1. Para além do previsto no nº 4 do artigo anterior, as contas bancárias em nome do CNE podem ser movimentadas por cartão de débito.
2. A Direção de Agrupamento pode requerer ao nível regional a autorização para a emissão e para a utilização de cartão de débito associado à sua conta de depósito à ordem e os demais níveis podem, com a mesma finalidade, requerer ao nível imediatamente superior, devendo, para o efeito, remeter previamente:
 - a) A cópia da ata da reunião do órgão executivo com a aprovação do pedido de emissão de um cartão de débito que contenha do nome da associação e o nome do dirigente que pessoalmente será responsável pela movimentação através de cartão de débito e cujo nome, se possível, que deve figurar no respetivo cartão;
 - b) Uma declaração conjunta dos dirigentes autorizados à movimentação da conta à ordem, concordando com a sua movimentação por cartão de débito e reconhecendo a sua responsabilidade pessoal e solidária pelo uso de cartão de débito.

3. No caso de último nível - Junta Central, devem os documentos constantes de alíneas a) e b) de número anterior ser depositados em arquivo próprio do órgão.
4. Os movimentos realizados por via de cartão de débito deverão ser posteriormente validados com as assinaturas de dois dirigentes autorizados a movimentar a conta bancária, em ordem ao cumprimento do número 4 do artigo anterior, e a respetiva inserção documental na plataforma do SIIC para o nível de Agrupamento e no programa de contabilidade único para os demais níveis.
5. É proibida a emissão de cartões de crédito em nome de qualquer Nível do CNE e deste facto deve ser dado conhecimento aos Bancos a quem for solicitada a abertura de contas do CNE ou quando da alteração de titulares autorizados à sua movimentação.
6. A violação do disposto no número anterior importa que o dirigente que contraiu dívida com a utilização do cartão de crédito é pessoalmente responsável pelo seu pagamento, nos termos do n.º 2 do art. 18º deste Regulamento.
7. Quando o banco emitir cartão sem nome do dirigente, o órgão executivo que o solicitou exara em ata o nome do dirigente por ele responsável e comunica tal facto ao órgão executivo superior.

5. Continuidade no CNE de adultos com deficiência – Proponente: Junta de Núcleo Lisboa-Occidental

Alterações ao Regulamento Geral do CNE:

Artigo 23.º

Associados Efetivos não Dirigentes

(...)

7. As idades constantes no nº 1, nº 2 e no nº 6 c) poderão ser revistas, caso a caso, para os Escuteiros com deficiência ou incapacidade mental, nas seguintes condições:

- a) A decisão compete à Direção de Agrupamento, após avaliação de cada situação concreta;
- b) A decisão deve ser fundamentada com relatórios clínicos e com o apoio de técnicos especializados;
- c) A Direção de Agrupamento elabora um plano de adaptação das condições humanas e materiais necessárias à inclusão do Escuteiro;
- d) A validação das condições expressas nas alíneas anteriores compete à Junta Regional, que poderá delegar na Junta de Núcleo que coordena a área onde o Agrupamento está inserido.

Artigo 24.º

Aspirantes

(...)

2. Requisitos:

- a) ter a idade seguinte:

Lobitos - I Secção - dos 6 aos 9 anos;

Exploradores – II Secção - dos 9 aos 13 anos;

Pioneiros - III Secção - dos 13 aos 17 anos;

Caminheiros - IV Secção - dos 17 aos 21 anos;

Aplica-se às idades dos Aspirantes o disposto no nº 7 do art. 23.º

(...)

Artigo 25.º

Noviços

(...)

2. Requisitos:

- a) ter idade adequada ao previsto no artigo 23º, n.º 1, sem prejuízo do disposto no nº 7 do art. 23.º.

(...)

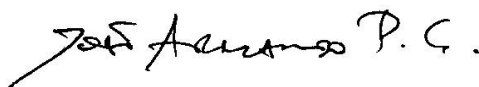
6. Atualização da quota nacional – Proponente: Junta Central CNE

O Conselho Nacional de Representantes, reunido em Coimbra, em 12 e 13 de setembro de 2020:

- a) Aprova o aumento de quotização nacional anual dos atuais 6 Euros para 8 Euros;
- b) Aprova a redução da taxa da derrama nacional de 15% para 11,25% mantendo-se, assim, os atuais 90 cêntimos por cada elemento;
- c) Recomenda à Junta Central que reserve, no seu orçamento anual, uma verba equivalente ao efeito deste aumento de quota, até que a situação de insuficiente tesouraria fique sanada.
- d) Esta proposta vigora apenas no censo de 1 janeiro de 2021.

Coimbra, 12 de setembro de 2020

O Presidente da Mesa dos Conselhos Nacionais

A handwritten signature in black ink, reading "João Armando P. G.", with a stylized flourish at the end.

João Armando Gonçalves